

UNIDADE 1 - A democratização e o reconhecimento da infância e adolescência

Olá, seja bem vindo/a à Unidade 1

Nela, vamos tratar dos seguintes **temas**: A história social da infância e da adolescência no Brasil e no mundo; O papel da escola e das modernas relações de trabalho na construção histórica e social da adolescência; Infância e adolescência: transformações contemporâneas.

Nesta Unidade de Ensino temos por **objetivo** apresentar e desenvolver, utilizando para isso vários recursos, o argumento de que a infância e a adolescência não são simplesmente fenômenos naturais e biológicos a partir do nascimento, mas caracterizam-se como fenômenos históricos e sociais.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Introdução

Estamos acostumados a enxergar na infância a fase de brincar, ir à escola, jogar e sonhar. Por isso, esquecemos que esta não é uma condição presente do mesmo modo em todas as sociedades, grupos ou classes sociais.

Porque prezamos a ideia de que as crianças necessitam de cuidado e proteção, além do direito à brincadeira, à imaginação, à educação e à saúde, somos levados a pensar que esta é uma forma natural e universal de tratamento concedido a todas as crianças. Mas, como veremos ao longo dessa Unidade, a descrição acima corresponde a uma forma particular de experimentar a condição infantil, historicamente datada e condicionada.

Para começar, você está convidado a realizar a seguinte atividade: Assista ao vídeo **A Invenção da Infância**. Ele apresenta uma reflexão sobre o que significa ser criança no mundo contemporâneo: ser criança não significa ter infância e, no Brasil, a depender da condição das famílias, várias infâncias são encontradas.

Caso você tenha dificuldade em acessar ao filme diretamente no link acima, sugerimos abrir uma nova janela no seu computador e buscar o filme no portal <http://www.portacurtas.com.br>

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Infância e adolescência: construção social 1

Antes do século XVIII, era muito tênue, quase **inexistente**, a **consciência coletiva** sobre as **especificidades e necessidades da infância**.

Ignorava-se que as crianças fossem dotadas de uma personalidade, ou alma, existente desde o nascimento. A criança podia ser percebida tal como um **animal de estimação, um anjo ou um selvagem**. A mortalidade infantil era numerosa, mesmo nas famílias mais abastadas e, ao morrerem, com frequência, as crianças eram enterradas no próprio pátio doméstico, sem batismo. Quando sobreviviam à primeira infância, podiam viver anos sem que lhes fosse atribuído um nome próprio.

Aquelas que sobreviviam às doenças dos primeiros anos, às pestes e a outros males, mal adquirindo algum desembaraço físico, **logo passavam a se misturar às rodas de adultos, no trabalho e nas festas**.

Como, na maior parte das famílias o trabalho era realizado no próprio ambiente doméstico, **brincar e trabalhar eram atividades que se misturavam**, levando as crianças a migrarem diretamente a posição de trabalhadores, sem passar pela adolescência e juventude, tal como as conhecemos nos dias atuais.

São costumes estranhos, se os analisamos à luz das concepções que hoje temos, quando identificamos nas **crianças sujeitos de todos os direitos humanos, individuais e sociais**.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação da fonte

Infância e adolescência: construção social 2

Cada tempo e lugar definem concepções específicas sobre a infância e a adolescência. Em diferentes tempos e lugares, infâncias vão sendo construídas e cada uma guarda com as demais apenas uma vaga semelhança, sendo marcada por significados e valores sociais distintos.

Sandra Corazza, uma pesquisadora brasileira do tema, afirma que **o sentido moderno de infância é um fato cultural**.

Na modernidade, surge o sentido de **infantilidade**, caracterizando-se o tratamento da infância como fase de menor valor social que a juventude e a vida adulta.

A atribuição de infantilidade à criança revela um juízo de valor derivado do pensamento econômico: os mais novos são colocados em posição de menor *status* social que os mais velhos, não por necessitarem de suporte, ajuda e apoio social, mas sim porque exibem menos maturidade, autonomia, racionalidade e produtividade, valores que são os mais prezados nas **sociedades capitalistas modernas**.

Desse modo, podemos caracterizar tais sociedades como sendo **adultocêntricas**, ou seja, organizadas de tal modo que os valores, atividades e significados adultos são mais importantes que os da infância. Por isso, é comum ouvirmos as crianças expressarem o desejo de se tornarem rapidamente "gente grande".

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

APROFUNDANDO CONHECIMENTOS

É possível que, ao fim da leitura, você ainda permaneça com algumas dúvidas. Para isso, é importante utilizar o Fórum de discussão e o Fórum de dúvidas, para expor suas ideias e perceber as de seus colegas e tutor.

Em seguida, retorne a este Guia de Estudos e prossiga a leitura, pois passaremos a tratar da infância brasileira.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

A infância e a família colonial brasileira

Até a **transferência da família real** para o Rio de Janeiro, em **1808**, há muito poucos registros da formação histórico-social da sociedade brasileira. A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro impôs modificações significativas à nossa realidade local, e se considera que esse evento contribuiu para introduzir o Brasil na **era moderna**.

Em sua organização social tradicional, **o Brasil colonial** estava segmentado entre casa grande e senzala, **senhores e escravos**. Cada um desses segmentos estava caracterizado por um sistema de valores e ideologias próprio, que só superficialmente esbarrava em outro, como você perceberá.

Na casa grande, as **escravas** tinham a responsabilidade da **amamentação, cuidado e medicação das crianças pequenas**, favorecendo entre estas e as amas um senso de afeto e intimidade, muitas vezes inexistentes na relação com os progenitores.

No sistema familiar colonial, as **crianças** representavam um elemento a mais **a serviço do poder paterno**. Eram consideradas um elo supérfluo e acessório da cadeia de poder patriarcal, quando comparado aos filhos de mais idade, à esposa, à terra e aos escravos. Nos espaços públicos, eram essas posses que conferiam autoridade aos homens. Já as mulheres, fixavam-se mais em atender e servir ao marido que aos filhos.

Essa qualidade de relação familiar começou a se transformar com a chegada da família real portuguesa. Com ela, veio a ciência, novas técnicas e mais dinheiro, ampliando a urbanização e promovendo mudanças de comportamento.

O distanciamento dos pais em relação aos filhos e a atribuição do **cuidado da prole às escravas**, características nucleares da família colonial, foram objeto de fortes críticas dos médicos sanitaristas, pedagogos e cientistas, que passaram a habitar a Corte.

Considerava-se que contribuíam para a **mortalidade** e o **abandono** de crianças, no Brasil, algo que a ciência da época já considerava necessário erradicar. Assim, as novas influências da ciência sobre a organização das famílias tiveram um efeito moralizador, produzindo mudanças no seu interior, como veremos a seguir.

Transformações na família colonial

Notamos ocorrer uma progressiva e importante revolução na dinâmica familiar, ao longo dos séculos XIX e XX:

A **função da mulher** na família migrou da atenção e cuidado prioritariamente dedicados ao marido para o papel de **cuidadora principal dos filhos**. Sem essa mudança, a família teria tido problemas ainda maiores em decorrência da abolição da escravidão, quando deixou de contar com a mão de obra escrava no cuidado infantil.

Do **pai**, passou a ser esperado exercer o papel de cônjuge de modo mais horizontal, convertendo-se em **figura afetiva e tutorial**, em vez da mera autoridade patriarcal. Nota-se que o significado e a função da paternidade alteraram-se grandemente, em particular no século XX. As guerras, o trabalho feminino e as novas formas de família parecem ter afetado fortemente aos pais.

Com a educação escolar e a urbanização crescentes, ambos fatores a contribuir para uma guinada relativa aos valores e significados sociais, os **filhos**, particularmente os mais velhos deixaram de se representar como meros atores a serviço dos interesses econômicos familiares e puderam se reconhecer como parte de um sistema social mais amplo, no qual deviam assumir **funções de serviço à sociedade**, em vez de meros "herdeiros".

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

A criança e a família escrava no Brasil

Bem diferente era a situação das famílias negras de escravos, desde o Brasil colonial.

Enquanto pequenas, as crianças negras eram tratadas pelos senhores de escravos tais como **bichinhos de estimação**, autorizadas a circular na casa grande, trançadas às pernas das escravas, fazendo gracinhas e truques, para deleite da família senhorial.

Contudo, na idade de **6 ou 7 anos**, já eram consideradas **aptas para o trabalho pesado**, passando a atuar na própria casa grande ou no campo, com **pouca diferença em relação aos adultos negros**.

Em 1871, a **Lei do Ventre Livre** concedeu aos filhos de escravas nascidos a partir de então o direito à liberdade - em que pese a continuidade de seus pais na condição de escravos.

Em 1888, foi a vez da **Lei Áurea**, que extinguiu toda a forma de trabalho escravo em nosso país. No entanto, o que parecia constituir um momento de ruptura e novidade nas relações interétnicas, no Brasil, mostrou-se fonte de novas formas de opressão social.

Sem uma política de Estado para apoiar a inserção laboral e prover apoio econômico a esse extenso grupo de **ex-escravos**, estes rapidamente passaram a sofrer **outras formas de aviltamento e exploração**, indo ocupar, juntamente com indígenas urbanizados, imigrantes e aventureiros estrangeiros sem posses, a base da classe dos miseráveis e excluídos socio-econômicos de nosso país, originando os **primeiros bolsões de pobreza**.

Para compreender o lugar social da infância e adolescência, nos dias atuais, é importante identificarmos o papel que desempenha a **escola** nesse processo, pois constitui um contexto de fundamental importância no desenho da infância moderna, com destaque ao direito à educação como um direito fundamental da criança.

A escola, a infância e a adolescência

No fim do século XVII, ocorreu na Europa o **surgimento das primeiras escolas**, que eram muito diferentes das atuais: funcionavam anexas às igrejas, onde frequentemente só havia uma sala na qual se reuniam alunos de diferentes idades.

No **século XIX**, como efeito da Revolução Industrial, da urbanização, do desenvolvimento técnico-científico, da invenção da imprensa e das mudanças na organização do trabalho, a **escolarização** passou a deter **importância crescente na nova organização da sociedade**.

Isso se deu porque o modo de produção fabril passou a exigir cada vez mais formação e especialização do trabalhador, o que elevou a **importância da aprendizagem técnica e científica que se podia obter por meio da educação escolar**.

As escolas também serviram ao projeto de **moralizar os jovens e controlar suas expectativas de futuro**: em vez de permanecerem ociosos pela rua, em aventuras sexuais e no jogo, passaram a permanecer toda a adolescência e juventude na escola, que lhes provia com uma direção de desenvolvimento coerente com o projeto de sociedade visado pelos novos capitalistas e reformadores cristãos.

Ainda hoje, **estar dentro ou fora do sistema escolar** é um **fator de identidade**, respeito e auto-estima para os jovens. Ainda que a escola encontre problemas cada vez mais severos para cumprir suas funções nos tempos atuais, ela ainda representa uma forte **referência de inclusão/exclusão social, sem contar com sua função de controle social**.

Não há política social que tenha êxito sem que considere a necessidade do fortalecimento do sistema escolar e das condições de acesso e permanência na escola.

APROFUNDANDO CONHECIMENTOS

Você está avançando muito na compreensão da construção do conceito de infância, adolescência e família. Para aprofundar ainda mais suas aprendizagens, retorne ao texto de fundamentação da Unidade 1.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte